

Direitos indígenas ‘diferenciados’ e seus efeitos entre os Wajãpi no Amapá¹

Dominique Tilkin Gallois – DA/ USP

Juliana Rosalen – PPGAS/USP

Apresentação

L'ethnocide, c'est donc la destruction systématique des modes de vie et de pensée de gens différents de ceux qui mènent cette entreprise de destruction. En somme, le génocide assassine les peuples dans leur corps, l'ethnocide les tue dans leur esprit... L'ethnocide admet la relativité du mal dans la différence: les autres sont mauvais, mais on peut les améliorer, en les obligeant à se transformer jusqu'à se rendre, si possible, identiques au modèle qu'on leur propose, qu'on leur impose (Clastres, 1974: 102).

Há 40 anos, Robert Jaulin e Pierre Clastres produziram textos importantes para caracterizar os mecanismos do etnocídio, a partir de situações indígenas na América do Sul. A definição precisa dessas intervenções, voltadas à transformação dirigida dos modos de viver e de pensar indígenas nos parece significativa para avaliar os efeitos das políticas assistencialistas ora em vigor no Brasil, mesmo considerando a necessidade de alguns ajustes na aplicação do conceito. De fato, a abordagem clássica do etnocídio tende a desconsiderar a agência dos atores indígenas na acomodação de suas relações com o Estado. É sem dúvida por este motivo que tal noção entrou em desuso nas análises antropológicas, que preferiram dar destaque às formas indígenas de apropriação e construção de relações com agentes não indígenas.

Por outro lado, ao longo desses 40 anos, foram consolidados dispositivos jurídicos que, sem dúvida, positivaram o valor das diferenças culturais, entre elas as políticas de reconhecimento de direitos territoriais, de educação e saúde ‘diferenciadas’. Mas, como se sabe, se olharmos para as práticas assistenciais propriamente ditas, seja no campo da educação escolar, da assistência a saúde ou da valorização das línguas e manifestações culturais indígenas, estamos na estaca zero. No Brasil, há pouco mais de dez anos, se multiplicam as tensões e contradições entre políticas de reconhecimento de direitos coletivos (sobre a terra, a

¹ ENADIR, GT.9 – Direitos sociais, direitos indígenas e vulnerabilidade social.

garantia dos modos de vida e práticas de conhecimento diferenciados) e as políticas de inclusão voltadas não às coletividades, mas aos indivíduos indígenas. Se após a Constituição de 1988, podia-se esperar um afastamento da perspectiva assimilacionista, as formas de assistência social levadas às aldeias evidenciam que tal perspectiva voltou a se consolidar, com nova roupagem.

Essas contradições se tornam cada vez mais evidentes em todo o Brasil indígena, especialmente visíveis nos efeitos da monetarização das relações sociais no âmbito das aldeias indígenas, instaurando profunda desigualdade entre assalariados e não assalariados. Podendo também ser verificadas através do êxodo massivo de jovens ou mesmo de adultos para as cidades próximas das terras indígenas, para se tornar consumidores com os recursos advindos das políticas de inclusão. A médio ou longo prazo, a multiplicação desses efeitos poderá redundar na fragilização dos direitos a terra, legalmente asseguradas para a manutenção de modos de vida diferenciados. Uma reflexão sobre as tensões entre dispositivos legais assegurando direitos coletivos e dispositivos que fomentam o acesso de indivíduos indígenas a benefícios sociais se torna, portanto, extremamente urgente.

Nesta comunicação, nos propomos refletir sobre tais contradições a partir de experiências vivenciadas pelos Wajãpi² nos últimos anos, escolhendo alguns exemplos que explicitam as soluções encontradas pelos próprios atores indígenas quando buscam articular ambas as políticas, de direitos coletivos e de acesso a benefícios individuais.

Experiências Wajãpi

Para avaliar tais experiências, é essencial ter em mente a diversidade interna à chamada “comunidade Wajãpi”, não só considerando as trajetórias diversificadas dos cinco

² Os Wajãpi, falantes de uma língua Tupi-Guarani, totalizam hoje no Brasil cerca de 1.250 pessoas, distribuídas entre 80 pequenas aldeias, todas situadas dentro de terra demarcada e homologada em 1996, nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari - Amapá. Suas organizações representativas são o Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina (criado em 1994), a Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura – AWATAC (criada em 2013) e a Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari – APIWATA (criada em 1996). As ações de saúde são desenvolvidas pelo Distrito de Saúde Indígena - SESAI, as de educação escolar pelo Núcleo de Educação Indígena da SEED/AP. Desde 1992, o Programa Wajãpi (inicialmente sob gestão do Centro de Trabalho Indigenista – CTI e desde 2001 sob gestão do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé) desenvolve ações educativas (formação de agentes indígenas de saúde, acompanhamento de professores, formação de pesquisadores e de agentes socioambientais, com foco principal na gestão sustentável da terra demarcada, em acordo com o modo de vida e organização territorial dispersa dos Wajãpi. Desde 2002, atividades de fortalecimento cultural são também realizadas no âmbito do “Plano de Salvaguarda” do patrimônio imaterial wajãpi, para consolidar os conhecimentos e práticas envolvidas na arte gráfica kusiwa, registrada pelo IPHAN e UNESCO.

principais grupos locais que hoje vivem na TI, como a dispersão e mobilidade das famílias que pertencem a esses grupos entre as aldeias, algumas próximas dos postos de assistência e outros distantes há mais de quatro dias de caminhada.

1. Formas de representação política: modulações entre os interesses ‘coletivos’ e ‘particulares’

Para abordarmos os efeitos desestabilizadores da criação – ainda em processo – de uma nova associação que se propõe defender os interesses dos jovens indígenas Wajãpi que estudam na cidade de Macapá, é indispensável lembrar que as organizações representativas do povo Wajãpi já existentes também resultaram de disputas entre grupos de interesse contraditórios, à época de sua fundação, nos anos 90. Sendo inclusive indispensável lembrar que as formas atuais assumidas para a representação política indígena, de caráter étnico, com base local ou regional, com formatos muitos diferenciados (associações, conselhos ou movimentos, registrados ou não em cartório, com ou sem CGC...) surgiram como resposta a uma efetiva pressão da sociedade brasileira para a formalização de instituições com as quais o governo poderia dialogar, conforme previsto na Constituição de 1988. E ainda lembrar que se essa pressão tende a formalizar iniciativas de ação política indígena, tais Organizações Indígenas não são a única forma de fazer “política indígena”.

Entre os Wajãpi, as duas primeiras OIs foram criadas e se consolidaram durante a demarcação da TI, no final dos anos 90; passados mais de 20 anos, pacificaram suas relações e ambas atuam hoje com programas distintos e complementares. O Apina representa “todos” os Wajãpi e consiste sobretudo num movimento de reivindicações relacionadas à gestão territorial e política, não gerenciando projetos ou verbas. A APIWATA atua em nome de algumas famílias, mas se dispõe a captar recursos para pagamento de plano de assistência à saúde “particular” para doentes graves, que complementa as ações oficiais – deficientes e insuficientes. Em geral, não há ‘disputas’ ou conflitos de interesse, na medida em que atuam com agendas nitidamente demarcadas. Os membros de uma e outra Organização assistem e participam das assembleias e reuniões de ambas. A terceira organização, recém-criada, é a AWATAC, que atua diretamente na gestão de projetos voltados à “terra, ambiente e cultura”, não se sobrepondo, portanto, aos interesses de nenhuma das duas outras.

Ao longo de quase três décadas, os Wajãpi aprenderam a fortalecer essas instituições, que tem funcionado de maneira regular, entre as aldeias e pequenos escritórios em Macapá,

onde os diretores não vivem, mas passam alguns dias por mês em sistema de revezamento. E são apreciadas por todos os Wajãpi como sendo representativas de seus interesses “coletivos”. Essa noção, inclusive se desenvolveu e fortificou mais recentemente, pelo seu contraste com os interesses “particulares” de indivíduos e famílias Wajãpi. Aliás, a oposição entre “coletivo” e “particular” – essa noção sendo muitas vezes entendida e usada como sinônimo de “específico” já tem uma longa história na Terra Wajãpi. De fato, a APIWATA foi criada um ano depois do Conselho – Apina, para atender ao que os membros de algumas famílias representam como seus interesses “específicos e diferenciados”, usando as formulações em voga nas políticas educacionais indígenas. Hoje, o ‘particular’ como sinônimo de ‘diferenciado’ em oposição ao coletivo ressurgiu, para indicar formas de ação política levadas a cabo por famílias wajãpi, quando buscam benefícios ofertados pelo governo de estado, de forma totalmente independente das organizações coletivas às quais se filiam. Obviamente, tal exacerbação de tensões entre interesses coletivos e particulares recai sobre contextos em que a ação política coletiva das organizações representativas não consegue resultados capazes de satisfazer as expectativas divergentes do conjunto das cerca de 280 famílias (nucleares) wajãpi. E contexto é, obviamente, o da escola.

E nesse contexto da falência da educação escolar diferenciada que o estado deveria oferecer, é importante sublinhar a capacidade dos agentes do Estado do Amapá em subverter reivindicações indígenas acerca da qualidade das ações educativas oferecidas pela Secretaria de Educação nas aldeias. A situação hoje é muito simples: após mais de 6 anos de reivindicações ininterruptas para que a SEED melhore a capacidade de acompanhamento dos professores indígenas, de capacitação dos professores não indígenas que atuam no ensino médio ou profissionalizante, as organizações wajãpi que representam os interesses coletivos – e estavam efetivamente a frente da pauta de reivindicações – acabaram por deixar essa pauta esmorecer, diante do imobilismo de sucessivos governos do estado do Amapá. As reivindicações cessaram diante da instalação de cursos profissionalizantes que prometem a contratação de futuros professores indígenas. Todos os Wajãpi reconhecem a má qualidade dessa formação, mas pararam de se queixar, com a expectativa dos contratos que são regularmente acenados pelos agentes da SEED. Isso atende a expectativa de uma parte das famílias Wajãpi que desejam ter um filho com ‘certificado’, para que possa futuramente ser “contratado” pela SEED. Mas como nem todos puderam se inscrever nesses cursos oferecidos em módulos nas aldeias, outra solução apareceu, também apoiada pelos agentes do estado: cursar o ensino médio na cidade de Macapá. A expectativa das famílias que mandam seus

filhos para a cidade é a de que os estudantes da cidade consigam os contratos mais facilmente que os que estudaram nas aldeias, pois consideram que o ensino é melhor “na cidade” que “nas aldeias”. Há anos, na verdade, o setor de educação da Administração da Funai em Macapá, como o Núcleo de Educação Indígena do Estado vem incentivando o que se transformou progressivamente num ‘êxodo’ de jovens indígenas para a cidade. E curiosamente, são sobretudo os filhos de professores indígenas – os que tem experiência do benefício que um salário de professor representa – que se instalaram em Macapá para estudar. Hoje, há aldeias de cada um dos povos, Tiriyó, Wayana, Wajãpi, nessa cidade. Aldeias com jovens estudantes, seus conjugues, seus filhos, os pais ou avós que são quem sustenta os estudos desses jovens, com suas aposentadorias do Funrural, um investimento para conseguir, hipoteticamente, no futuro, um salário de professor na aldeia.

Entre os Wajãpi, os efeitos desse êxodo de jovens para a cidade, onde muitos se envolvem com bebidas e drogas, foi amplamente discutido nos encontros de chefes que ocorrem regularmente sob impulso do conjunto das OIs wajãpi, como também foi discutido no processo de revalidação de um plano de salvaguarda dos conhecimentos e práticas tradicionais relacionadas a área kusiwa (ver abaixo). O resultado é que muitos jovens foram retirados das escolas da cidade por seus pais, e agora cursam o ensino médio nas aldeias. Mas na contramão, outras famílias experimentam a vida na cidade, agora, com apoio da Secretaria Especial de Povos Indígenas.

De fato, a atual gestão da SEPI assume que está apoiando a consolidação e registro de uma representação dos estudantes indígenas que vivem na cidade de Macapá, e segundo afirmações da secretaria, são estudantes indígenas que “tem direito” de se representar, mesmo que seja contra a decisão das organizações étnicas através das quais esses estudantes e suas famílias, antes, buscavam apresentar suas reivindicações a respeito da melhoria da escola nas aldeias. Estamos diante de uma situação complexa: um órgão do estado afirma que não levará em consideração as demandas das organizações indígenas, que solicitaram explicitamente a Secretaria não apoiar – através de bolsas e outros benefícios – o êxodo de jovens (às vezes, crianças) para a cidade. De forma ainda mais grave, representantes das OIs wajãpi explicitaram à Secretaria que a distribuição de benefícios para indivíduos e famílias indígenas deveria ser discutido de forma ampla e aberta com as organizações representativas, em acordo com o Protocolo de Consulta que os Wajãpi produziram em 2014. A surpresa para os representantes indígenas, foi a resposta acima mencionada: a SEPI apoiará demandas individuais de indivíduos indígenas interessados nos benefícios, e não irá submeter essa

decisão as organizações na forma sugerida pelo protocolo. Pois esses indígenas que procuram a SEPI “tem direito” aos benefícios, enquanto indivíduos.

Um órgão do estado consagra, dessa forma, a disputa em torno de posições políticas ora “coletivas” ora “particulares”, em que a noção de “específico” e “diferenciado” vem adquirindo novas dimensões, propagando equívocos e tensões prolongadas nas experiências e vidas indígenas.

2. O que são “conhecimentos e práticas tradicionais”: disputas entre formas de representação das manifestações culturais indígenas, “entre si e entre outros”.

Esse exemplo apresentará equívocos correntes entre as noções de “apresentação” e de “representação” de manifestações indígenas em diferentes contextos promovidos por agentes do estado. Será desenvolvido na apresentação oral desta comunicação.

3. Agentes Indígenas de Saúde (AIS): salários, postos de saúde e férias

Este exemplo vai tratar das dificuldades das instituições responsáveis pela saúde indígena em respeitar a forma de organização social dos grupos wajãpi. São inúmeros os exemplos de desrespeito que ocorrem cotidianamente nos postos e atendimentos realizados nas aldeias. Mas vale salientar que muitas vezes os profissionais de saúde não se dão conta que estão sendo desrespeitosos, pois acreditam que estão simplesmente colocando em prática seus conhecimentos sobre saúde e doença - etnocêntricos e biologicistas - e seguindo as orientações fornecidas pelo órgão responsável pela execução das ações em saúde junto aos Wajãpi, ou seja pelo DSEI AP e Norte do Pará. Este exemplo discutirá não especificamente o atendimento dos profissionais não-índios na TI, mas a relação construída entre o DSEI e os Agentes de Saúde Wajãpi. De fato, muitos dos confrontos dos profissionais de saúde não-índios com os Ais advêm desta relação unívoca e conflituosa.

Listamos a seguir algumas das regras impostas e enfrentadas pelos AISs Wajãpi em relação ao seu trabalho na TI: eles são contratados para trabalhar em uma aldeia específica e devem cumprir horário nos postos de saúde; eles não precisam de um calendário específico, que respeite tempo de roça e de caça, já que recebem salário, podem comprar comida para sua família; não estão autorizados a largarem o trabalho para participar da limpeza das picadas e vigilância territorial nos limites da TI; só podem visitar os parentes, no período de férias. Afinal, como a gestora gosta de frisar: “os AISs são funcionários públicos”.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha garantido o respeito ao modo de viver de cada povo indígena e que a Lei N° 9.836 de setembro de 1999 da Saúde Indígena também tenha instituído que a atenção à saúde deve ser diferenciada, respeitando “a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas”, na prática isto não ocorre. E não ocorre justamente porque existe uma dificuldade de compreensão dos diferentes modos de viver dos povos indígenas, somada a uma falta de vontade política e uma crença, calcada ainda em um paradigma evolucionista, de que na realidade os povos indígenas precisam “evoluir e deixar de ser primitivos”. Ainda que fossem superados estes problemas, teríamos outros: como cada um dos atores envolvidos (gestão do DSEI, profissionais de saúde não-índios e AISs), com suas crenças, formações e subjetividades, entenderia e colocaria em prática o que se denomina por atenção diferenciada. De fato, da objetividade das orientações à subjetividade das ações existe um abismo. Podemos afirmar que atualmente as ações de saúde têm muito pouco de diferenciado e muita coisa semelhante ao sistema de saúde voltado aos não-índios.

A estratégia dos AISs para tentar fazer valer o que está garantido na legislação, têm sido recorrer à Procuradoria da República no Amapá, de forma que esta faça uma intermediação na relação junto ao DSEI/SESAI. Há de se ressaltar que a Procuradoria tem sido a última opção dos AISs, uma vez que foram realizadas inúmeras reuniões no DSEI, inclusive com a presença da gestora, e que não surtiram quase nenhum resultado prático. O último documento entregue na Procuradoria pelos AISs à gestora solicitava que a SESAI reconhecesse e respeitasse que:

“Os AISs não moram sempre na mesma aldeia. Cada AIS tem casas e roças em duas aldeias diferentes e passa uma parte do ano em cada lugar. Porque na aldeia antiga não tem lugar bom para fazer roça, as plantas não crescem bem e também tem pouca caça e peixe. Por isso a gente procura um lugar bom morar e viver com saúde. Queremos fortalecer nosso jeito de morar e de nos alimentar para ter saúde.

Os AISs trabalham nas aldeias para fazer cobertura da saúde na TIW. Onde a comunidade vai os AIS têm que acompanhar. Os AISs também viajam para outras aldeias para atender os seus parentes. Porque os técnicos não-indígenas não vão conseguir visitar as famílias que moram longe do posto de saúde, nos limites da TIW. Por isso que os chefes escolheram os AISs para trabalharem nas aldeias.

Para promover saúde os AISs não trabalham somente no atendimento dos pacientes. Nós precisamos fazer roça, caçar, pescar, mudar de aldeia, fazer casa nova, fazer festa e artesanato.

A SESAI tem que liberar os AISs para fazer limpezas das picadas e vigilância nos limites da TIW. É importante cuidar dos limites para não entrar invasores como

garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores, etc. As atividades desses invasores podem trazer muitas doenças para os Wajãpi. Este do trabalho dos AIS ajuda a prevenir as doenças e promover saúde nos Wajãpi.

Já está garantido na lei que os AIS podem trabalhar de jeito diferenciado dos não-índios, com respeito ao modo de vida Wajãpi. Não é só nas férias que os AIS vão para outras aldeias. Na nossa cultura não existe férias. Por isso não podemos esperar as férias para viajar para as outras aldeias para fazer os nossos trabalhos, como por exemplo: abrir roça, fazer casas, ajudar nossos sogros, atender pacientes...”.

Neste documento à SESAI, os AISs enfatizam a promoção da saúde, através de um bem viver, ou seja: ter roça, caça, mudar de aldeia, fazer limpezas das picadas, artesanato, festa, comer bem, construir casas, etc. Esta ideia se contrapõe fortemente à atenção à saúde que produz com suas ações sedentarização e mais doenças a partir da medicalização exacerbada, do incentivo em relação à alimentação industrializada, do regime de trabalho sedentário imposto aos AIS, etc. Resta aos Agentes de Saúde continuarem construindo estratégias para tentar fazer valer seus direitos e seus próprios modos de viver.

4. Crianças com deficiências na Terra Indígena Wajãpi

O segundo exemplo é a respeito da questão das crianças nascidas com deficiência. Como explicam vários Wajãpi, antigamente isto era uma questão resolvida em âmbito local, ou seja, existiam estratégias próprias para lidar com estas situações. Atualmente, por influência tanto da assistência à saúde, quanto dos missionários evangélicos, pouco a pouco a questão das crianças deficientes vem ganhando novas dimensões e contornos.

Vale ilustrar a discussão com uma situação ocorrida há pouco na TI. Uma menina com cerca de 4 anos foi ‘encontrada’ em sua aldeia e levada ao posto de saúde. Segundo o relato da pessoa que a levou ao posto de saúde, a menina tinha uma deficiência motora e não conseguia andar, estava na rede, magra e ‘largada na aldeia’ com outras crianças e sem adultos por perto. Desta primeira descrição podemos depreender que: se a criança estava em sua aldeia, não estava largada; estava na rede justamente por não conseguir se locomover sozinha; e encontrava-se com outras crianças, o que é bastante comum quando os pais vão à roça. A criança por um tempo foi cuidada pelos profissionais de saúde no posto e depois acabou sendo encaminhada para a Casa de Saúde Indígena (CASAI) em Macapá, onde permaneceu por muitos meses acompanhada de sua avó paterna.

Uma primeira questão que podemos colocar é que é extremamente difícil cuidar de uma criança com deficiência na aldeia. Em geral a mãe tem outros filhos e precisa cuidar deles também. Também é muito complicado para uma família quando uma criança não consegue se locomover, já que todas as atividades dependem do andar em uma aldeia, seja para ir para outra aldeia da família, ir para a roça, coletar alimentos, banhar no rio, fazer as necessidades biológicas, caçar, pegar lenha, etc. Então dificilmente uma mãe consegue dar apoio exclusivo para uma criança. Ela divide sua atenção entre cuidados com os filhos e manutenção da alimentação da casa. Por outro lado, cuidar da criança na cidade também não é uma solução melhor, aliás vem se mostrando uma solução bastante complicada. Quando a mãe ou a avó precisam ficar na CASAI por longos períodos acompanhando uma criança, que depende de cuidados exclusivos, o restante da família, com toda certeza, irá sofrer na aldeia. Ninguém vai cuidar da roça dessa mulher e também de seus outros filhos, especialmente quando se trata de longos períodos de tempo.

Porém os problemas não terminam por aí: estas crianças, em geral, têm direito a receber um benefício para ajudar nas despesas do que for necessário para seu bem-estar. Na realidade este benefício ajuda muito pouco à criança, ou seu bem-estar, servindo muito mais como uma fonte de renda para a família. Sugestões advindas dos profissionais de saúde para apoiar a criança, como alugar uma cadeira de rodas, adquirir materiais de fisioterapia, etc., não fazem o menor sentido no contexto de vida local.

Outra questão é que a saúde nunca fornece o diagnóstico para a família (pai, mãe, avós) sobre o problema da criança e quais as reais condições de melhora ou sobrevida para ela. Ou seja, a opção de como e onde cuidar da criança é realizada sem informações suficientes para embasá-la. A família tem o direito de decidir, a partir das informações e com base na legislação da atenção à saúde diferenciada, o que fazer com a criança. Se vai cuidá-la na aldeia, se vai arranjar acompanhantes para ela ser cuidada na cidade, se vai propor a adoção ou qualquer outra solução que considerem viável. Porém a falta de um diagnóstico, somada a repressão moral das resoluções locais, impedem que as famílias wajãpi possam de fato ter a possibilidade de fazer opções.

Esta repressão moral das resoluções locais encontra-se ancorada na tradição cristã e fundamentada na tese do ‘direito à vida’ enquanto um direito humano universal, incontestado, cujo coletivo é a própria humanidade. Muitos povos têm teorias diferentes a respeito do que

seja a vida, ou das potencialidades que a geram, bem como do que seja a humanidade e dos múltiplos mundos que ela abarca.

De forma a tentar desfazer os preconceitos, especialmente dos profissionais de saúde, vários jovens Wajãpi têm discutido a possibilidade de realizar uma reunião ampliada para discutir a questão das crianças com deficiências. Além disso, estes mesmos jovens têm reagido, e produzido pelo Conselho das Aldeias Wajãpi, documentos no sentido de fornecer respostas e de construir estratégias frente às ações promovidas pelo DSEI. A questão das crianças com deficiência tornou-se um grande problema para os Wajãpi porque soma para além do desconhecimento, preconceito, interferências de toda ordem e um profundo desrespeito às práticas e teorias wajãpi.

Discussão

Os exemplos e contextos acima esboçados indicam várias possibilidades para discussão das alternativas ou caminhos que os Wajãpi estão adotando, hoje, para compor interesses ‘particulares’ (ou ‘diferenciados’) com as reivindicações de caráter coletivo que suas organizações representativas formulam a partir de intensos debates e reuniões. Esses caminhos são pautados pelas imensas dificuldades que experimentam no trato que lhes é dispensado por agentes das políticas públicas de educação e saúde, que, como vimos, carecem totalmente de capacitação ou sensibilidade para entender a complexidade das problemáticas que se colocam aos índios. Nesse sentido, consideramos que as tensões acima indicadas podem ser debatidas a partir das seguintes questões:

- Considerar que as políticas públicas, sejam elas voltadas à atender reivindicações coletivas e/ou individuais, esbarram na imensa dificuldade de transposição de suas formas de operação para as relações vigentes – no cotidiano – entre os Wajãpi. Não há, efetivamente, nem na língua, nem no pensamento, noções que possam corresponder às de ‘coletivo’, ou ‘indivíduo’ tal como proposto pelas ações e legislações do estado brasileiro.

- Considerar que os técnicos alocados em órgãos estaduais responsáveis pela implementação das ações diretamente nas aldeias não conhecem – nem estão interessados em conhecer - as especificidades indígenas (seja em termos de organização social, de modos de ação política, de formas de conhecimento etc.) e, por isso, aplicam as políticas recomendadas pelo governo federal a partir do que eles entendam ser ‘o modo de vida ou a cultura indígena’.

Note-se que uma das ações recentes da SEPI no Amapá visa o fortalecimento da “cultura indígena”, ou seja, de algo que represente, ou apresente, um condensado do que são experiências, vivências, acervos de práticas e saberes, de mais de 11 povos falantes de mais de 10 línguas distintas. Fato é que os índios se apropriam dessas objetivações externas e as tornam suas. Sem dúvida, as formas de expressão “new-age” resultantes desses incentivos dos órgãos governamentais representam um tema interessante para a pesquisa antropológica. Mas em termos de reconhecimento das reivindicações e formas de ações políticas indígenas, sem dúvida constituem um retrocesso gravíssimo.

Se lembrarmos dos alertas enunciados por Jaulin e Clastres nos anos 70, mencionados no início desta comunicação, podemos concluir, sem dúvida nenhuma, que o etnocídio está em curso no Amapá, com apoio declarado de vários órgãos públicos que sabem, mais do que os próprios índios, o que vem a ser “a cultura” e “os anseios” da população indígena daquele estado. O etnocídio em curso será tão mais eficaz que a partir de um jogo de espelhos e reflexos perversos, consegue inculcar nas demandas indígenas, formas de apresentação cultural e de representação política que sintetizam a exterioridade indígena de uma forma cada vez mais pobre, porque cada vez mais congelada e atrelada ao que a população não indígena considera ser “o índio”.

Bibliografia de referência

AWATAC, Apina, Iepé. Como estamos organizados para continuar vivendo bem na nossa terra. Plano de Gestão Socioambiental. Terra Indígena Wajãpi, 2015.

AZANHA, Gilberto. Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras. *Tellus*, n. 8/9, p. 11-28, 2005.

BERNARDES, Anita Guazzelli; MARQUES, Camilla Fernandes; MÁZARO, Laíza Piva. A diferença tornada tradicional: formas de objetivação de populações indígenas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 11, n. 3, p. 913-932, 2011.

CLASTRES, Pierre. De l'ethnocide. *l'Homme*, p. 101-110, 1974.

GALLOIS, Dominique Tilkin. "Traduções e aproximações indígenas à mensagem cristã." *Cadernos de Tradução* 2.30 (2012): 63-82.

---- "Nossas falas duras." *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico* (2002): 205.

----"Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância." *Povos indígenas e tolerância* (2001).

----Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios. *Tellus*, n. 8/9, p. 29-36, 2005.

KAHN, Marina. Uma política para educação indígena: as amarras da especificidade. Brasília, agosto de 2005, p. 131, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. A saúde como cultura, a cultura como direito. *Revista de Direito Sanitário*, v. 9, n. 3, p. 109-114, 2008.

DE SOUZA LIMA, Antônio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria. Além da tutela: aspectos de uma nova regulação dos direitos indígenas no Brasil. 2002.

RICARDO, Beto. Quem fala em nome dos índios? ISA, 1995. Acessível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/historia>.

Resumo

A comunicação tem por objetivo apresentar alguns equívocos vigentes na apropriação das noções de ‘direitos diferenciados’, tanto por parte dos índios como por parte de agentes de políticas públicas atuando em terras indígenas no Amapá. Os efeitos dessas contradições complexificam as relações entre diferentes setores da comunidade Wajãpi e entre estes e setores responsáveis por ações de assistência e/ou de desenvolvimento. Será dado destaque às modulações das noções de ‘particular’ e de ‘coletivo’, construídas e manejadas hoje pelos Wajãpi, em diferentes contextos. As descrições e análises apresentadas se apoiam em reflexões acumuladas ao longo de vários anos de acompanhamento de projetos e de ações assistenciais na Terra Indígena Wajãpi. A comunicação procurará evidenciar alguns desafios que se colocam aos Wajãpi, quando lidam com orientações e práticas divergentes a respeito das ‘diferenças’ – sociais, econômicas, culturais e políticas – que embasam as políticas de desenvolvimento em que eles tem se engajado ativamente nas últimas décadas.